

**CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

COLEÇÃO DIRIGIDA POR CARLOS SERRA

# **ESTÃO AS LÍNGUAS NACIONAIS EM PERIGO?**

Cristine Severo, Bento Siteo, José Pedro



**ESCOLAR EDITORA**



**Cristine Severo**

Linguista brasileira, doutorada em Teoria e Análise Linguística, docente na Universidade Federal de Santa Catarina, interessada em políticas e planejamentos linguísticos, estudos de variação e/ou mudança linguística e estudos foucaultianos e bakhtinianos do discurso.



**Bento Sítio**

Linguista e escritor moçambicano, doutorado em Linguística Africana, docente e investigador no Departamento de Linguística e Literatura da Universidade Eduardo Mondlane, interessado em Linguística Comparativa; Linguística Descritiva das Línguas Bantu, Lexicografia, Tradução e Literatura em línguas africanas.



**José Pedro**

Linguista angolano, doutorado em Linguística Geral e Aplicada, Director-Geral do Instituto de Línguas Nacionais do Ministério da Cultura de Angola desde 2010, docente a tempo parcial de Línguas e Literaturas Africanas.

# ESTÃO AS LÍNGUAS NACIONAIS EM PERIGO?

Cristine Severo, Bento Sítio, José Pedro

**CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

COLEÇÃO DIRIGIDA POR CARLOS SERRA



**ESTÃO AS LÍNGUAS  
NACIONAIS EM PERIGO?**

Cristine Severo, Bento Siteo, José Pedro

 **ESCOLAR EDITORA**



## **ESTÃO AS LÍNGUAS NACIONAIS EM PERIGO?**

Cristine Severo, Bento Sítioe, José Pedro

© Escolar Editora, 2014

Rua do Vale Formoso, 37 – 1959-006 Lisboa

Telefone 211 066 500 Fax 211 066 530

E-mail [editora@escolareditora.com](mailto:editora@escolareditora.com)

Internet <http://www.escolareditora.com>

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro sem a autorização expressa do editor.

Todos os direitos estão reservados por Escolar Editora.

**Coordenação Editorial**

João Costa

ISBN 978-972-592-456-3

Depósito Legal nº 383954/14

**Capa**

Tiago Oliveira

**Paginação**

Mário Félix

**Impressão e Acabamento**

Tipografia Lousanense

## **Índice**

Introdução: o Jano linguístico (Carlos Serra).....	7
Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações (Cristine Gorsky Severo) .....	9
Línguas moçambicanas, como estamos? (Bento Sítioe) .....	37
Estão as línguas nacionais em perigo? (José Domingos Pedro).....	77

## Introdução: o Jano linguístico

Por Carlos Serra (Moçambique)

Três linguistas – Cristine Severo do Brasil, Bento Siteo de Moçambique e José Pedro de Angola – aceitaram responder à seguinte pergunta: *estão as línguas nacionais em perigo?*

Não, não estão em perigo, não há risco de *linguacídio*, respondem no geral os três. Mas podem estar, no caso de absolutização de uma língua.

Em países como Brasil, Moçambique e Angola, por exemplo, onde são muitas as línguas e as variantes, estamos confrontados com duas faces, as faces do Jano linguístico, as faces de uma dialética delicada: por um lado, os desafios da unidade nacional levam à verticalidade, ao privilégio veicular de uma língua, a portuguesa; por outro lado, os desafios da endogeneização conduzem à busca da horizontalidade, da paridade linguística. A exclusão linguística é, hoje, um tema sector nos quadrantes linguísticos.

Entretanto, para lá dos múltiplos desafios que os países enfrentam, tem vida permanente a mestiçagem linguística.

No dia-a-dia, das mais variadas maneiras, as línguas estão cheias de pontes, de portas abertas, de multiplicidade, de absorção, de reinvenções.

No informal da vida, não são nem tradicionais nem modernas. Crioulizadas, estão cheias de duplicidade, de oximoros, de antônimos, de quiasmos, são uma subversão contínua do mundo identitário dos verbos, dos predicados, dos substantivos e dos advérbios. Os verbos estão constantemente a resgatar o devir, bloqueando o ser dos substantivos. O oximoro e a inver-são argumentativa são correntes.

Talvez esse possa, um dia, vir a ser um tema na nossa coleção.

Finalmente: tal como nos números anteriores, neste décimo número da coleção "Cadernos de Ciências Sociais" respeitei a ortografia, as formas de citação e as referências bibliográficas de cada um dos autores.

## Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações

Por *Cristine Gorski Severo (Brasil)*

### Introdução

A questão das línguas nacionais é complexa e multidisciplinar, podendo ser abordada a partir de diferentes enquadramentos teóricos. É possível estabelecer aproximações entre áreas disciplinares como Linguística, História, Política, Antropologia, Sociologia e Literatura. No âmbito dos estudos linguísticos, as línguas nacionais podem ser consideradas a partir de um prisma descritivista, sociolinguístico, político, histórico, cultural e/ou discursivo. No presente texto, procura-se problematizar algumas perspectivas que tomam a língua como um objeto a ser gerido por políticas de sua difusão, promoção e/ou defesa, especialmente em contextos pós-coloniais. As línguas nacionais, em muitos casos consideradas minoritárias, têm sido alvo reiterado de discursos e práticas que visam a sua proteção e promoção em meio a uma suposta ameaça de desaparecimento diante da presença austera e ostensiva de línguas europeias oriundas de processos colonizatórios. Diante da realidade política de oficialização e nacionalização das línguas em contextos de construção

Moçambicano, doutorado em Sociologia pela *École des hautes études en sciences sociales* de Paris, pesquisador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, presidente do seu Conselho Científico, Professor Catedrático, autor de numerosos livros de história e sociologia, com as seguintes áreas de pesquisa: história de Moçambique, relações políticas, eleições, processos identitários, racismo, crenças colectivas, rumores, violência colectiva, movimentos sociais, epistemologia das ciências. Coordenador da coleção "Cadernos de Ciências Sociais" da Escolar Editora. Autor do seguinte blogue:  
[http:// www.oficinadesociologia.blogspot.com](http://www.oficinadesociologia.blogspot.com)

de um Estado Nacional, seja em países Africanos ou na América Latina, este texto pretende apresentar e discutir a questão das línguas nacionais a partir dos seguintes tópicos:

- i) Apresentação histórica das condições de emergência das línguas como algo a ser gerido e gestado nos contextos coloniais, especialmente aqueles que compartilham uma experiência de colonização portuguesa. Considera-se que um olhar comparativo entre as diferentes realidades coloniais possibilita compreender tanto as especificidades como as semelhanças entre os processos colonizatórios envolvendo a Língua Portuguesa em diferentes contextos geopolíticos e históricos.
- ii) O surgimento da língua como uma questão política e identitária para a formação dos Estados Nacionais em países afetados pela colonização portuguesa.
- iii) A problematização do conceito de língua diante de uma realidade transnacional e internacional, considerando, para tanto, a maneira como a língua é tomada contemporaneamente como alvo de gestão e discursivização por diferentes agentes e instâncias políticas e ideológicas, para diferentes finalidades, como é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O presente texto argumenta a favor da ideia de que a abordagem das línguas nacionais deve questionar as condições de produção e discursivização dessas línguas no interior de uma história colonial e pós-colonial. Indagar a respeito da sobrevivência ou não dessas línguas diz respeito às relações de poder que atravessam práticas sociais e comunicativas historicamente constituídas. As línguas assumem existência em práticas locais de interação e convivência social, de modo que qualquer política linguística que se imponha verticalmente sobre as socie-

dades, mesmo que em nome da preservação de línguas ditas minoritárias, enfrenta grandes desafios e limitações. Considera-se que a vida das línguas está fortemente ligada à existência de práticas sociais em que essas línguas são historicamente usadas. Assim, defende-se uma *política da comunicação*, em que o que está em jogo, acima de tudo, é garantir a existência das diferentes formas de expressão linguística e cultural dos diferentes grupos étnicos em uma dada sociedade.

Acredita-se que as línguas não são artefatos ou objetos a serem geridos e impostos sobre as pessoas, mas são produtos das práticas sociais e da vida dialógica dessas mesmas pessoas. Logo, a objetificação das línguas por discursos científicos é um ato político que separa as línguas dos sujeitos e suas histórias, conferindo a elas uma falsa neutralidade e autonomia passível de ser supostamente gerida e manipulada. Tal visão de línguas como unidades autônomas, contáveis, nomeáveis e abstratas será criticada à luz de perspectivas linguísticas críticas e pós-coloniais (Makoni & Pennycook, 2011; Bonfiglio, 2010; Deumert, 2010; Errington, 2007; Rajagopalan, 2003; Irvine, 2008; Fardon & Furniss, 1993; Harries, 1988; Harris, 1981).

## 1. A emergência histórica das línguas em contextos coloniais

Toma-se como pressuposto teórico deste artigo a ideia de que as línguas não são realidades autônomas, pré-existentes, isoladas e abstratas, mas sim produtos de práticas sociais historicamente situadas (Harris, 1996; Makoni & Pennycook, 2011). Disso depreende-se que contextos específicos produzem determinadas concepções de língua. No caso da empreitada colonial, considera-se que as línguas foram utilizadas para fins de dominação e subjugação dos diferentes povos e culturas nas Améri-

cas, África e Ásia (Makoni & Meinhof, 2004; Irvine, 2008). Tal uso político das línguas esteve fortemente vinculado à presença de missões cristãs evangelizadoras no “Novo Mundo”. A colonização portuguesa se fundamentou em uma forte aliança entre a religião católica e o reinado português na forma do Padroado, um acordo em que o controle financeiro e administrativo das igrejas nas colônias ficaria a cargo do rei de Portugal, entre os séculos XVI e XX. O Padroado tornou-se eficaz em sua empreitada colonial ao estrategicamente sobrepor a portugalização e catequização (Severo, 2013). A forte presença institucional e ideológica da religião católica na colonização portuguesa é reforçada pelo filósofo Eduardo Lourenço (1992, p. 90), ao afirmar que “é impossível subtrair a realidade das Descobertas – com a sua finalidade real ou fictícia (no plano simbólico é a mesma coisa) ao contexto e ao espírito de cruzada que teve no seu início [...]”.

As missões religiosas, portanto, desempenharam um papel colonial central nas colônias portuguesas, como foi o caso do Brasil, de Angola, de Moçambique e do Timor Leste, para mencionar apenas alguns exemplos. Tal papel esteve ligado à reprodução de instituições políticas portuguesas e, mais especificamente, ao processo de invenção de línguas para fins de conversão e dominação ideológica dos povos locais (Makoni, 1998). O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram seus efeitos em práticas pós-coloniais. Tais técnicas incluíram a produção de línguas consideradas gerais ou africanas através da sua nomeação e codificação a partir de um modelo linguístico e discursivo latino. Isso significa que gramáticas, dicionários, listas de palavras e uma série de instrumentos linguísticos foram produzidos a partir do século XVI com a finalidade de domínio e gerenciamento dos povos falantes dessas línguas (Auroux, 2009). A empreitada colonial possibil-

litou a emergência de um tipo linguístico e discursivo específico, os “Cristianlects” (Christian-lects) (Severo & Makoni, no prelo), um conjunto complexo de (i) línguas e discursos usados como instrumentos de dominação dos povos ditos locais através da invenção, descrição e nomeação de suas línguas; (ii) traduções de uma série de gêneros discursivos europeus para as línguas locais e (iii) discursos sobre os sujeitos e localidades locais tomados como exóticos e incivilizados. Tais aspectos serão detalhados a seguir.

(i) As línguas locais foram amplo alvo de nomeação e descrição no período colonial. Uma série de instrumentos linguísticos formalizaram essas línguas a partir de um modelo latino, transpondo-as da oralidade para a escrita. Como exemplo tem-se a produção das primeiras ortografias, gramáticas e listas de palavras de línguas indígenas ou africanas feitas no Brasil, Angola, Moçambique e em outras colônias portuguesas. A introdução de práticas letradas entre os povos locais se deu pela esfera religiosa, com a impressão e reprodução de textos bíblicos em línguas locais por uma tecnologia que visava padronizar e possibilitar a reduplicação desses textos. A primeira gramática Bantu, por exemplo, foi escrita por padres portugueses: *A Arte da Língua de Angola* foi redigida em 1697 no Brasil por Pedro Dias; em 1642 o Catecismo *Gentio de Angola* foi impresso em Portugal na língua *Ndongo*, utilizada em Angola; em 1624 a *Doutrina Cristã* foi escrita na língua Congo; e em 1652 foi publicado um dicionário de Congo-Espanhol. Além disso, no Brasil foram produzidas gramáticas das chamadas Línguas Gerais, línguas inventadas pelos jesuítas e usadas como línguas de mediação entre os diferentes povos indígenas. *A Arte de grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* (1595) foi escrita pelo Padre Anchieta; *A Arte de grammatica da lingua brasílica* (1621), por Luiz Figueira; e *A Arte de grammatica da lingua brasílica da naçam Kiriri* (1699) foi redigida pelo padre



tos colonizados. É o caso dos gêneros religiosos cristãos, como homilias, sermões, práticas espirituais diárias, cantos religiosos, confissões, biografias de santos, manuais de sacramento, hinos, peças de teatro e doutrinas da forma de diálogos. Além dos gêneros religiosos, as práticas missionárias introduziram a escolarização e a instrução, legitimando pedagogicamente os letramentos em contextos de tradição oral. A introdução de práticas letradas no contexto colonial possibilitou a transposição de uma nova percepção de mundo, enfraquecendo o papel simbólico das práticas orais locais em detrimento do prestígio e da legitimação das novas práticas letradas europeias (Harries, 1988). A introdução da escolarização pela religião nas colônias portuguesas não foi uniforme. Exemplificando, no Brasil, especialmente a partir do século XVIII, houve a intensificação da promoção da língua portuguesa em um contexto escolar monolíngue. Em Angola e Moçambique houve uma cisão entre práticas escolares plurilíngues e monolíngues no século XIX: enquanto as missões católicas priorizavam o uso das línguas africanas, as missões católicas focavam o uso da língua portuguesa (Makoni & Severo, 2013; Plécard, 1998). No Brasil, a política de instauração do monolíngüismo surgiu oficialmente com o Decreto dos Índios no século XVIII. Tal gesto culminou com a emergência da língua portuguesa como a língua do Estado nacional em 1822, no período de independência do Brasil. A título de ilustração da forma como a língua portuguesa foi discursivizada no século XVIII para fins políticos de controle dos povos indígenas no Brasil, segue um trecho do Diretório dos Índios, parágrafo 6<sup>o</sup>:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos

<sup>2</sup> Documento disponível em < [http://www.nacaomestica.org/diretorio\\_dos\\_indios.htm](http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm) >

Luís Vincencio Mamiani. Por fim, a língua geral de Mina, uma língua franca utilizada entre os africanos levados para o Brasil no século XVIII, foi descrita em *A obra nova da língua geral de mina* por Antônio da Costa Peixoto (1731/1741) (Severo, 2013).

No continente africano, a produção linguística intensificou-se a partir do século XIX, embalada pela onda positivista de descrição de línguas exóticas (Irvine, 2008), especialmente pelo *Summer Institute of Linguistics*. Os instrumentos linguísticos foram produzidos com propósitos de dominação, conversão e subjugação dos povos indígenas e africanos. A língua descrita nesse contexto não pode ser tomada como reflexo de uma realidade linguística específica, mas como uma forma de produção de conhecimentos sobre o Outro, prática epistemológica e política própria do contexto colonial (Harries, 1988). Mais especificamente, a prática de nomeação das línguas em África produziu como efeito a nomeação e distinção de grupos étnicos (Makoni & Meinhof, 2004), através de categorias “etnolinguísticas” que foram usadas para produzir e demarcar as cartografias etnolinguísticas. Para os missionários, linguistas e agentes coloniais do século XIX, o critério linguístico foi tomado como diferenciador de grupos étnicos, impondo nomes e distinções a grupos que até então não existiam: “não parece ter havido qualquer sentido de auto-consciência étnica no período anterior à colonização”<sup>1</sup> (Irvine, 2008, p. 337). A partir disso produziu-se uma sobreposição entre categorias como língua, etnicidade e territorialidade que foram em grande medida herdadas pelos discursos e práticas oficiais dos Estados Nacionais africanos.

(ii) A invenção das línguas indígenas e africanas possibilitou a transposição de gêneros discursivos europeus para os contex-

<sup>1</sup> “there does not seem to have been any sense of ethnic self-consciousness in the period just before colonization”. As traduções no decorrer do texto são de minha responsabilidade.

povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, perdessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.

No período colonial, há que se considerar que apesar de a língua portuguesa ter sido usada como instrumento de dominação, a relação entre o português e as demais línguas locais variou entre as diferentes colônias portuguesas.

As colônias africanas seguiram, cada qual com suas especificidades, um outro rumo historiográfico, em que a presença austera e severa de Portugal na África, diferentemente do Brasil, se intensificou no século XIX a partir da Conferência de Berlim em 1884-1885, que tratou do processo imperialista de *Partilha*

da África. Na África considerada portuguesa, a primeira regulação formal do português em Angola, Moçambique e Guiné veio por meio do *Estatuto do Indigenato*, de 1929. Este documento propunha uma diferenciação racial entre indígenas e cidadãos considerados portugueses:

Artigo 1.º – são considerados indígenas todos os indivíduos de raça negra, ou dela descendentes, que não estejam abrangidos pelo disposto no Artigo 2.º deste Diploma e não satisfaçam conjuntamente às seguintes condições: a) Falar, ler e escrever a língua portuguesa; b) Possuir bens de que se mantenham ou exercer profissão, arte ou ofício de que auferam o rendimento necessário para o sustento próprio [...] c) Ter bom comportamento e não praticar os usos e costumes do comum da sua raça; d) Haver cumprido os dever militares que, nos termos das leis sobre o recrutamento, lhes tenha cabido (*Estatuto do Indigenato*, 1929, p. 60).

Tal classificação identitária tomava a língua portuguesa como critério diferenciador e segregador. Há nesse documento uma sobreposição entre critérios raciais e linguísticos na caracterização de indígenas e cidadãos portugueses. No contexto brasileiro, os indígenas constituíram a população nativa, diferenciando-se da população africana levada para o Brasil pelo tráfico colonial. A designação dos povos nativos como indígenas carregou sentidos diferentes em contexto africano e latino-americano.

Historicamente, as práticas coloniais portuguesas variaram: Em Moçambique, por exemplo, houve maior resistência à expansão da língua portuguesa nos séculos XVII e XVIII do que em Angola e no Brasil em virtude da presença forte de Islã mesmo no local (Gonçalves, 2000). Atualmente, o Brasil tem a língua portuguesa como majoritária, sendo que é linguística-